

Manual de Procedimentos

Processo de Concessão de Licenças aos Projetos de Interesse Comum

1ª Revisão

Julho de 2016

Índice

1. Introdução.....	4
2. Enquadramento legal.....	6
2.1. Planeamento das Redes de Transporte.....	7
2.1.1. Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (PDIRT-E)	7
2.1.2. Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (PDIRGN)	8
2.2. Ambiente.....	9
2.2.1. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	9
2.2.2. Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)	11
2.3. Ordenamento do Território	20
2.3.1. Rede Agrícola Nacional (RAN)	21
2.3.2. Rede Ecológica Nacional (REN).....	22
2.3.3. Planos Diretores Municipais (PDM)	23
2.4. Projetos de Reconhecido Interesse Público	23
2.5. Regime de Serviço Público da Rede nacional de transporte de Eletricidade e Gás Natural	23
2.6. Projetos de Interesse Nacional	24
2.7. Licenciamento de infraestruturas da Rede Pública de Gás Natural, do Sistema Petrolífero Nacional e da Rede Elétrica de Serviço Público	25
2.7.1. Gás Natural.....	26
2.7.2. Petróleo e seus derivados	27
2.7.3. Eletricidade.....	29
3. Pareceres relevantes e decisões	30
3.1. Gás Natural	30
3.2. Petróleo	32
3.3. Eletricidade	36
4. Autoridade Competente.....	38
5. Diagrama de fluxos.....	39
5.1. Licenciamento de infraestruturas de gás natural ao abrigo do Decreto-Lei n.º 232/90.....	39

5.2.	Licenciamento dos projetos no setor do petróleo	42
5.2.1.	Licenciamento de oleodutos.....	42
5.2.2.	Licenciamento de infraestruturas do SPN ao abrigo do Decreto-Lei n.º 267/2002	43
5.3.	Licenciamento de infraestruturas de linhas elétricas, no âmbito do Regulamento de Licenças de Instalações Elétricas	46
6.	Contactos da autoridade competente, outras autoridades e principais interessados	50
7.	Lista de Controlo de Documentação para pedido de concessão de licença.....	55
8.	Prazos	58
9.	Siglas e Abreviaturas	58

1. Introdução

A Comunicação da Comissão intitulada «Prioridades em infraestruturas energéticas para 2020 e mais além – Matriz para uma rede europeia integrada de energia», a que se seguiram as Conclusões do Conselho de 28 de fevereiro de 2011 e a Resolução do Parlamento Europeu, apelou à adoção de uma nova política da União em matéria de infraestruturas energéticas para otimizar o desenvolvimento de redes a nível europeu no período até 2020 e mais além, a fim de permitir que a União cumpra os principais objetivos da sua política energética em matéria de competitividade, sustentabilidade e segurança do aprovisionamento.

Apesar das Diretivas 2009/72/CE¹ e 2009/73/CE² preverem um mercado interno da energia, o mercado continua a estar fragmentado devido à insuficiente interligação entre as redes de energia nacionais e ao facto de a utilização das atuais infraestruturas energéticas não ser das melhores.

Para promover a construção de infraestruturas energéticas transeuropeias foi aprovado o Regulamento (UE) 347/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2013, adiante designado Regulamento, que estabelece um novo quadro para o planeamento de infraestruturas e a execução de projetos para o período até 2020 e mais além, identifica nove corredores prioritários de infraestruturas geográficas estratégicas nos domínios da eletricidade, gás e petróleo e três domínios temáticos prioritários à escala da União relativamente às autoestradas da eletricidade, às redes inteligentes e às infraestruturas de transporte de dióxido de carbono entre Estados-Membros e com países terceiros vizinhos. Os projetos classificados como projetos de interesse comum (PIC) beneficiarão de procedimentos de concessão de licenças acelerados e racionalizados, de um melhor tratamento regulamentar e — quando adequado — de apoio financeiro no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa (CEF). Nos termos do Artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 347/2013, relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE e altera os Regulamentos (CE) n.º 713/2009, n.º 714/2009 e n.º 715/2009, *«Até 16 de maio de 2014, o Estado-Membro ou a autoridade competente deve publicar, em colaboração com outras autoridades interessadas, um manual de procedimentos para o*

¹ Regras comuns para o mercado interno da eletricidade

² Regras comuns para o mercado interno do gás natural

processo de concessão de licenças aplicável aos projetos de interesse comum. O manual é atualizado na medida do necessário e posto à disposição do público, devendo incluir, pelo menos, as informações especificadas no Anexo VI, ponto 1. O manual não é vinculativo, mas pode citar ou remeter para disposições jurídicas pertinentes».

O manual de procedimentos acima referido deve especificar, pelo menos, os seguintes aspetos:

- a) A legislação relevante em que se baseiam as decisões e os pareceres relativos aos diferentes tipos de PIC em causa, incluindo a legislação ambiental;
- b) As decisões e os pareceres relevantes que devem ser obtidos;
- c) Os nomes e os contactos da autoridade competente, de outras autoridades e dos principais interessados;
- d) O(s) fluxo(s) de trabalho, descrevendo cada fase do processo, incluindo um calendário indicativo e uma descrição concisa do processo de decisão (calendário esse que deve ser pormenorizado, em cooperação com o operador, de acordo com o definido no ponto 2 do Anexo VI do Regulamento);
- e) Informações sobre o âmbito, a estrutura e o nível de pormenor dos documentos a apresentar juntamente com o pedido de decisão, incluindo uma lista de controlo;
- f) As fases e os meios para a população participar no processo.

O presente Manual de Procedimentos, na sua segunda edição, pretende assegurar uma tramitação administrativa eficiente e célere dos pedidos relativos aos PIC, e elencar de forma clara os passos que são seguidos no processo de concessão de licenças.

De acordo com as disposições do Regulamento: (i) o processo de concessão de licenças não deverá conduzir a uma carga administrativa desproporcionada em relação à dimensão ou à complexidade de um projeto, nem criar obstáculos ao desenvolvimento das redes transeuropeias e ao acesso ao mercado, sem deixar de respeitar as competências nacionais; (ii) é importante racionalizar e melhorar os processos de concessão de licenças respeitando, na medida do possível, o princípio da subsidiariedade e as competências nacionais e os procedimentos de construção de novas infraestruturas; (iii) tendo em conta a urgência em desenvolver as infraestruturas energéticas, a simplificação dos processos de concessão de licenças deverá ser acompanhada de um prazo claro para as autoridades tomarem a decisão relativa à construção de cada um dos projetos. Esse prazo deverá estimular uma definição e

um tratamento mais eficiente dos processos, não devendo em circunstância alguma pôr em causa os elevados níveis de proteção do ambiente e de participação do público.

No que diz respeito aos prazos máximos estabelecidos pelo Regulamento, os Estados-Membros (EM) poderão, no entanto, tentar encurtá-los mais, se possível.

Para os sectores do gás natural e da eletricidade, os projetos PIC objeto do processo de concessão de licenças, deverão estar integrados nos planos decenais de desenvolvimento e investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de gás natural liquefeito (PDIRGN) (para o gás natural) e da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (PDIRT-E), elaborados pelos respetivos Operadores das Redes de Transporte (ORT).

De referir que, de acordo com o definido no âmbito do Regulamento, bem como no seu Anexo I e II, os PIC associados ao sector do petróleo e transporte de fluxos de dióxido de carbono (CO₂) para efeitos de armazenamento geológico, incluindo estações de bombagem associadas não se aplicam ainda a Portugal. Contudo, previamente à aprovação dos projetos deverá ser assegurada a conclusão do processo de Avaliação de Impacte Ambiental.

2. Enquadramento legal

Neste ponto é apresentada a legislação relevante aplicável aos PIC, de forma transversal nas matérias de planeamento energético, ambiente, ordenamento do território, interesse público e nacional, e de forma específica para cada setor, em matéria de licenciamento.

2.1. Planeamento das Redes de Transporte

Aos PIC do setor da eletricidade e gás natural estão associados instrumentos de planeamento a nível nacional e europeu, que se consubstanciam no desenvolvimento de planos decenais de desenvolvimento e investimento em redes de transporte.

No contexto europeu são definidos, numa base anual, os *Ten-Year Network Development Plans* (TYNDP), pela entidade europeia representante dos operadores das redes de transporte (*European Network Transmission System Operators* – ENTSO-E e ENTSO-G), em colaboração com a Comissão Europeia, onde são identificadas as infraestruturas consideradas necessárias para garantia dos objetivos em matéria de segurança de abastecimento e integração de mercados.

Estes planos servem de base à definição dos planos decenais nacionais, definidos na legislação tal como se descreve de seguida:

2.1.1. Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (PDIRT-E)

Tal como definido no Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro, este plano é elaborado pela concessionária da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) com uma periodicidade bianual, em anos ímpares, e para um horizonte temporal de 10 anos.

Este plano visa a identificação e caracterização dos investimentos na RNT de forma a assegurar a existência de capacidade das infraestruturas que a integram, o desenvolvimento adequado e eficiente da rede de transporte e a segurança do abastecimento. Este planeamento deve garantir o equilíbrio entre a oferta e a procura de eletricidade com níveis adequados de segurança, de fiabilidade e de qualidade de serviço, de acordo com as exigências técnicas e regulamentares, devendo também ser observados os critérios de racionalidade económica assim como as orientações da política energética nacional.

2.1.2. Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (PDIRGN)

Tal como definido no Artigo 12º do Decreto-Lei nº 231/2012 de 26 de outubro, este plano é elaborado pela concessionária da Rede Nacional de Transporte Gás Natural (REN Gasodutos) com uma periodicidade bianual, em anos ímpares, e para um horizonte temporal de 10 anos.

Este plano visa a identificação e caracterização dos investimentos na rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de GNL (RNTIAT), de forma a assegurar a existência de capacidade das infraestruturas que a integram, o desenvolvimento adequado e eficiente da rede de transporte e a segurança do abastecimento, devendo também ser tidas em consideração as disposições comunitárias (nomeadamente as definidas no regulamento (CE) nº 715/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho). Este planeamento deve garantir o equilíbrio entre a oferta e a procura de gás natural (GN) com níveis adequados de segurança, de fiabilidade e de qualidade de serviço, de acordo com as exigências técnicas e regulamentares, devendo também ser observados os critérios de racionalidade económica assim como as orientações da política energética nacional.

Os planos acima referidos, PDIRT-E e PDIRGN, são analisados pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e remetidos para a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), para emissão de parecer, sendo esta última responsável por um processo de consulta pública que decorre por um período de 30 dias. Estes planos são depois deste processo submetidos, pela DGEG, à aprovação pelo membro do governo que tutela a área da energia.

Previamente à sua aprovação pelo ministro responsável pela área da energia, estes planos encontram-se sujeitos ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), uma vez que se enquadram no sector da Energia, abrangido pelo respetivo diploma legal e constitui enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (ver ponto 2.2 deste manual).

2.2. Ambiente

2.2.1. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

A AAE é um instrumento de apoio à tomada de decisão que visa assegurar uma avaliação sistemática dos potenciais efeitos ambientais de planos e programas a serem implementados. Esta avaliação garante que, através de um modelo procedimental e da participação do público e de entidades com responsabilidade em matérias ambientais, são identificadas e avaliadas durante a fase de elaboração de planos ou programas, e antes da sua adoção, as respetivas consequências ambientais.

A AAE encontra-se atualmente regulamentada pelo DL n.º 232/2007, de 15 de junho (Diploma AAE), alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Previamente à sua aprovação pelo membro do Governo responsável pela tutela da área da energia, os Planos de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Transporte (PDIRT e PDIRGN) encontram-se sujeitos a AAE, uma vez que se enquadram no sector da energia, abrangido pelo diploma AAE e constituem enquadramento para a futura apreciação dos respetivos projetos em sede de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

A AAE compreende, no essencial, as seguintes fases:

- A preparação de um Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) que se destina a determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental. Este RFCD deve ser sujeito a parecer das entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE);
- A preparação de um Relatório Ambiental (RA) no qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Este RA deve ser sujeito a parecer das ERAE e a consulta pública;

- A realização de consultas (ERA/E, público e eventualmente outros EM, sempre que estejam em causa planos ou programas com impactes transfronteiriços);
- A integração do RA e dos resultados das consultas no plano ou programa a aprovar;
- A disponibilização aos interessados de informação relevante após a aprovação do plano ou programa;
- A emissão de uma Declaração Ambiental (DA) que deve acompanhar plano ou programa e que se destina-se a informar o público e as entidades consultadas sobre a decisão, em particular sobre a forma como as questões ambientais foram tidas em consideração durante a preparação e elaboração do plano ou programa, as razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração e as medidas de controlo previstas;
- A avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa, com vista a identificar atempadamente e corrigir os referidos efeitos.

Com a AAE pretende-se garantir que os futuros projetos a aprovar se encontram enquadrados por planos e programas que integram preocupações ambientais e, como tal, compreendem adequadas soluções técnicas ao nível do controlo de potenciais efeitos significativos no ambiente.

Legislação e documentação complementar considerada na AAE:

- Decreto n.º 13/2012, de 25 de junho (aprova o Protocolo relativo à Avaliação Ambiental Estratégica à Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiras, assinado em Kiev, em 21 de maio de 2003);
- Manual de aplicação prática do protocolo de Kiev em AAE das Nações Unidas (UN (2012). *Simplified Resource Manual to Support Application of the Protocol on Strategic Environmental Assessment*. ECE/MP.EIA/18, ISSN 1020-4563, New Yoir & Geneva, 20p);

- Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas, preparado por Maria do Rosário Partidário, Professora no IST-UTL, para a Agência Portuguesa do Ambiente, 2007;
- Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE, preparado por Maria do Rosário Partidário, Professora no IST-UTL, para a Agência Portuguesa do Ambiente, com o apoio de Redes Energéticas Nacionais (REN), SA, Lisboa, 2012.

Durante o processo de AAE, o Relatório Ambiental (RA)³ é objeto de análise pelas entidades públicas com responsabilidade ambiental específica, pelas Autoridades do Reino de Espanha, no caso de impactes transfronteiriços e nos termos do “Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços”⁴, assinado em 19 de fevereiro de 2008, e também pelo público em geral.

2.2.2. Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)

A AIA é um instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, sustentado na realização de estudos e consultas, com efetiva participação pública e análise de possíveis alternativas, que tem por objeto a recolha de informação, identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projetos, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projetos e respetiva pós-avaliação.

O atual regime jurídico de AIA encontra-se instituído pelo DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (Diploma AIA), alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro,

³ O diploma AAE define como responsável pela AAE o dono do plano ou programa a avaliar. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, determinação do âmbito e alcance da Avaliação Ambiental, consulta de entidades e do público sobre o âmbito e alcance da AAE, preparação do RA e respetivas consultas públicas e institucionais e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

⁴ Este protocolo operacionaliza, num contexto bilateral, as obrigações de consulta transfronteiriça previstas no Protocolo de Kiev e na Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho.

relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (codificação da Diretiva n.º 85/337/CEE, do Conselho de 27 de junho de 1985).

O diploma AIA reflete também os compromissos assumidos pelo Governo Português no quadro da Convenção sobre Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiriço (Convenção de Espoo), aprovada pelo Decreto n.º 59/99, de 17 de dezembro.

Diplomas regulamentares:

- Portaria n.º 172/2014 de 5 de setembro, que estabelece a composição, o modo de funcionamento e as atribuições do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Portaria n.º 326/2015, de 2 de outubro, que fixa os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a AIA;
- Portaria n.º 368/2015, de 19 de outubro, que fixa o valor das taxas a cobrar no âmbito do processo de AIA;
- Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro que aprovou os requisitos e normas técnicas aplicáveis à documentação a apresentar pelo proponente nas diferentes fases da AIA e o modelo da Declaração de Impacte Ambiental (DIA);
- Portarias n.º 398/2015 e n.º 399/2015, de 5 de novembro, que estabelecem os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente, para a atividade pecuária e para as atividades industriais ou similares a industriais (operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares), respetivamente.

Projetos abrangidos por procedimento de AIA

(a) No âmbito deste manual, no sector da eletricidade, os projetos sujeitos a procedimento de AIA são os que se enquadrem nos seguintes casos:

- No n.º 19, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro - Construção de linhas aéreas de transporte de eletricidade com uma tensão igual ou superior a 220 kV e cujo comprimento seja superior a 15 km;
- No n.º 3, alínea b) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Transporte de energia elétrica por linhas aéreas com uma extensão igual ou superior a 10 km e tensão igual ou superior a 110 kV, bem como subestações com linhas de tensão igual ou superior a 110 kV e área igual ou superior a 1 ha;
 - Áreas sensíveis: Transporte de energia elétrica por linhas aéreas de tensão igual ou superior a 110 kV e subestações com linhas de tensão igual ou superior a 110 kV.

(b) No âmbito deste manual, no sector do gás natural e outros combustíveis gasosos, os projetos sujeitos a procedimento de AIA são os que se enquadrem nos seguintes casos:

- No n.º 16, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro – Conduatas com diâmetro superior a 800 mm e comprimento superior a 40 km para transporte de gás e petróleo;
- No n.º 3, alínea c) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Armazenagem de gás natural à superfície ≥ 300 t ou ≥ 1 ha;
- No n.º 3, alínea d) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Armazenagem subterrânea e superficial de gases combustíveis – Armazenagem superficial ≥ 300 t e armazenagem subterrânea $\geq 100\,000$ t;
 - Áreas sensíveis: Armazenagem superficial ≥ 150 t.
- N.º 10, alínea i) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:

- Caso geral: Construções de oleodutos, de gasodutos e de condutas para o transporte de fluxos de CO₂ para efeitos de armazenamento geológico, incluindo estações de bombagem associadas, não abrangidas pelo anexo I – Todos os oleodutos exteriores a instalações industriais e gasodutos: ≥ 5 km e $\varnothing \geq 0,5$ m;
- Área sensível: Construções de oleodutos, de gasodutos e de condutas para o transporte de fluxos de CO₂ para efeitos de armazenamento geológico, incluindo estações de bombagem associadas, não abrangidas pelo anexo I – Todos os oleodutos e gasodutos com $\varnothing \geq 0,5$ m;

(c) No âmbito deste manual, no sector do petróleo os projetos sujeitos a procedimento de AIA são os que se enquadrem nos seguintes casos:

- No n.º 16, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro – Condutas com diâmetro superior a 800 mm e comprimento superior a 40 km para transporte de gás e petróleo;
- N.º 20, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro – Instalações de armazenagem de petróleo, produtos petroquímicos ou produtos químicos com uma capacidade de pelo menos 200 000 t;
- N.º 3, alínea e) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Armazenagem de combustíveis fósseis, líquidos ou sólidos à superfície $\geq 100\,000$ t;
 - Área sensível: Armazenagem de combustíveis fósseis, líquidos ou sólidos à superfície $\geq 20\,000$ t;
- N.º 6, alínea c) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Armazenagem de petróleo e produtos petroquímicos $\geq 150\,000$ t;
 - Área sensível: Armazenagem de petróleo e produtos petroquímicos $\geq 20\,000$ t;

- N.º 10, alínea i) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Construções de oleodutos, de gasodutos e de condutas para o transporte de fluxos de CO₂ para efeitos de armazenamento geológico, incluindo estações de bombagem associadas, não abrangidas pelo anexo I – Todos os oleodutos exteriores a instalações industriais e gasodutos: ≥ 5 km e $\varnothing \geq 0,5$ m;
 - Área sensível: Construções de oleodutos, de gasodutos e de condutas para o transporte de fluxos de CO₂ para efeitos de armazenamento geológico, incluindo estações de bombagem associadas, não abrangidas pelo anexo I – Todos os oleodutos e gasodutos com $\varnothing \geq 0,5$ m;
- No n.º 3, alínea d) do Anexo II do DL 151-B/2013, de 31 de outubro e esteja abrangido pelos limiares fixados:
 - Caso geral: Armazenagem subterrânea e superficial de gases combustíveis – Armazenagem superficial ≥ 300 t e armazenagem subterrânea $\geq 100\,000$ t;
 - Áreas sensíveis: Armazenagem superficial ≥ 150 t.

(d) No âmbito deste manual, no sector do dióxido de carbono os projetos sujeitos a procedimento de AIA são os que se enquadrem nos seguintes casos:

- No n.º 16, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro – Condutas com diâmetro superior a 800 mm e comprimento superior a 40 km para transporte de fluxos de dióxido de carbono (CO₂) para efeitos de armazenamento geológico, incluindo estações de bombagem associadas.
- No n.º 21, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro – Locais de armazenamento conformes com o regime jurídico relativo ao armazenamento geológico de dióxido de carbono.
- No n.º 22, do Anexo I do DL 151-B/2013, de 31 de outubro – Instalações destinadas à captura para efeitos de armazenamento geológico de fluxos de CO₂ destinados aos locais de armazenamento abrangidos pelo anexo I ou

nas quais a captura anual total de CO₂ é igual ou superior a 1,5 megatoneladas.

Nos termos do diploma AIA, e de acordo com o disposto no artigo 1º, n.º 3, alínea b), subalíneas ii) e iii), poderão ainda ser sujeitos a avaliação, os projetos que não se encontrem abrangidos pelos limiares fixados, mas que sejam considerados como suscetíveis de provocar impactes significativos no ambiente em função da sua localização, dimensão ou natureza, de acordo com os critérios estabelecidos no seu anexo III, e nos termos do disposto no artigo 3º do referido diploma. Nesses casos, compete à entidade licenciadora ou competente para a autorização do projeto, mediante parecer prévio obrigatório da autoridade de AIA sobre a suscetibilidade do projeto provocar impactes significativos no ambiente, decidir sobre a sujeição a AIA de um determinado projeto e dela dar conhecimento à autoridade de AIA (nestas situações a avaliação é feita, portanto, com base numa análise caso a caso). Excecionam-se do acima exposto, o caso de projetos que se localizem, parcial ou totalmente em área sensível, competindo nestas situações à autoridade de AIA decidir sobre a sujeição a AIA de um determinado projeto.

Para o efeito, deverá proceder-se à apreciação prévia de sujeição a AIA em conformidade com o artigo 3º do Diploma AIA, devendo ser remetidos, em fase prévia ao licenciamento, os elementos previstos no Anexo I da Portaria nº 395/2015 de 4 de novembro.

De salientar ainda que qualquer projeto, mesmo não estando integrado em nenhuma das tipologias constantes dos anexos I e II do Diploma AIA, pode ser sujeito a avaliação por aplicação do disposto na alínea c) do nº 3 do seu artigo 1º, a qual prevê a possibilidade de sujeição a AIA de projetos, por decisão conjunta do membro do Governo competente na área do projeto em razão da matéria e do membro do Governo responsável pela área do ambiente, que, em função da sua localização, dimensão ou natureza, sejam considerados como suscetíveis de provocar um impacto significativo no ambiente, tendo em conta os critérios estabelecidos no anexo III do diploma AIA.

Em circunstâncias excecionais e devidamente fundamentadas, o licenciamento ou a autorização de um projeto pode, por iniciativa do proponente e mediante despacho dos

membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e da tutela do projeto, ser concedido com dispensa, total ou parcial, do procedimento de AIA.

Descrição das principais fases do procedimento de AIA

Previamente à aprovação e ao licenciamento do projeto é necessário, quando aplicável, sujeitar o mesmo a procedimento de AIA. Assim, caso o projeto se encontre sujeito ao regime de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), definido no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a DGEG envia à APA, para início do procedimento de AIA, o EIA relativo à infraestrutura energética em causa, que foi apresentado pelo Promotor e o respetivo projeto, em fase de estudo prévio, anteprojecto ou projeto de execução. A APA, na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeia uma Comissão de Avaliação (CA), presidida por um técnico da APA (na qualidade de Autoridade AIA) e composta por representantes de diversas entidades, incluindo a DGEG.

A CA é constituída pelas entidades relevantes para a apreciação do EIA, no entanto a autoridade de AIA pode ainda solicitar parecer externo a outras entidades não inseridas na CA, promovendo assim um consenso alargado entre todas as entidades com atividade ou competência com os quais a infraestrutura em licenciamento possa interferir/interagir.

O procedimento de AIA inclui uma primeira fase relativa à análise da conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), no âmbito da qual a CA procede à verificação da adequação da informação apresentada face exigências da avaliação a desenvolver. A esta fase está associado um prazo de 30 dias ou 20 dias no caso de projetos sujeitos a licenciamento industrial.

Nesta fase pode haver lugar aos seguintes etapas, que podem ser dispensadas caso do promotor recorrer a uma entidade acreditada para verificação da conformidade do EIA, esta fase é dispensada:

- A um pedido de elementos adicionais para efeitos de conformidade do EIA, suspendendo-se os prazos processuais;

- À pronúncia pela desconformidade do EIA, caso a informação em falta corresponda a um conjunto substancial de elementos a esclarecer, desenvolver ou corrigir, que não permita uma adequada sistematização e organização dos documentos, quer para a consulta pública quer para a análise pela CA;
- À pronúncia pela conformidade do EIA.

Nos casos em que o EIA tenha sido considerado conforme pela autoridade de AIA, inicia-se a fase de avaliação que conta com um prazo de 70 dias ou 60 dias, para projetos sujeitos a licenciamento industrial. Após o EIA ter sido considerado conforme, será promovido, no prazo de 5 dias subsequente, a publicitação e a divulgação do procedimento de AIA dando início a um período de 20 dias para consulta pública. No prazo de 7 dias após a conclusão do período de consulta pública, a autoridade de AIA envia à CA o relatório da consulta pública.

A CA, tendo em conta o EIA, o relatório da consulta pública e outros elementos de relevante interesse constantes do processo, elabora o parecer técnico final e remete-o à autoridade de AIA (para os projetos em causa esta autoridade será a APA), para preparação da proposta de DIA, a qual poderá ser favorável, favorável condicionada ou desfavorável. De referir, uma vez mais, que há a possibilidade da Autoridade de AIA pedir parecer a entidades externas relacionadas com o processo ou tipologia do projeto⁵.

⁵ Caso o EIA seja conforme, a CA prossegue com a sua apreciação técnica, podendo a autoridade de AIA solicitar parecer a entidades externas cujas competências o justifiquem ou que detenham conhecimento técnico relevante, as quais devem pronunciar-se no prazo de 20 dias. Importa sublinhar que a CA é presidida por um representante da autoridade de AIA e constituída por: a) Dois representantes da autoridade de AIA para atender às matérias abrangidas pelas tipologias do projeto ou pela natureza dos seus impactos; b) Um representante da entidade com competência em matéria de recursos hídricos sempre que o projeto possa afetar esses recursos e desde que não se encontre já representada nos termos da alínea anterior; c) Um representante da entidade com competência em matéria de conservação da natureza sempre que o projeto possa afetar valores naturais classificados em legislação específica ou zonas definidas como sensíveis, nos termos da legislação aplicável às áreas protegidas ou à conservação de espécies ou habitats protegidos; d) Um representante da entidade com competência em matéria de gestão do património arqueológico e arquitetónico, sempre que o projeto possa afetar valores patrimoniais ou se localize em zonas definidas como sensíveis, nos termos da legislação aplicável às áreas de proteção dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público; e) Um representante da entidade com competência em matéria de valores geológicos sempre que o projeto possa afetar esses mesmos valores; f) Um representante da entidade competente em matéria de recursos marinhos, sempre que tratar de um projeto localizado no espaço marítimo, desde que não se encontre representado pela autoridade de AIA; g) Um representante da CCDR ou das CCDR territorialmente competentes na área de localização do projeto a licenciar ou autorizar, desde que não se encontrem representadas enquanto autoridade de AIA; h) Um representante da entidade licenciadora ou competente para a autorização do projeto, desde que não se encontre já representada nos termos das alíneas anteriores; i) Quando necessário, representantes de entidades especializadas ou técnicos especializados que assegurem outras valências que possam ser relevantes para a avaliação.

Caso a autoridade de AIA considere existirem fundamentos que justifiquem a emissão de uma DIA desfavorável, remete a correspondente proposta ao membro do Governo responsável pela área do ambiente para decisão final.

De salientar, contudo, que, face ao parecer da CA, a autoridade de AIA deve ponderar, em articulação com o proponente, a eventual necessidade de modificação do projeto para evitar ou reduzir efeitos significativos no ambiente, assim como sobre a necessidade de prever medidas adicionais ambientais de minimização ou compensação. Nos casos em que haja recurso a esta figura de modificação do projeto, o procedimento suspende-se até apresentação pelo proponente dos elementos reformulados do projeto. Uma vez retomado o procedimento de AIA, e dependendo da natureza e conteúdo dos elementos em causa, pode haver lugar à nova recolha de pareceres, a nova pronúncia da CA bem como à repetição de formalidades essenciais como nomeadamente da consulta pública, reduzindo-se o prazo desta última para 10 dias.

Os projetos sujeitos a AIA em fase de estudo prévio ou anteprojecto estão ainda sujeitos a um processo de verificação de conformidade ambiental do projeto de execução com a DIA. Para este efeito, o proponente entrega à DGEG o Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) a qual o remete à autoridade de AIA.

A análise do RECAPE tem associado um prazo total de 50 dias, iniciando-se esse processo com o envio do mesmo pela autoridade de AIA à CA e promove um período de 15 dias úteis para consulta pública. No prazo de 7 dias após a conclusão do período de consulta pública, a autoridade de AIA envia à CA o relatório da consulta pública.

A CA, tendo em conta o RECAPE, o relatório da consulta pública e outros elementos relevantes constantes do processo, elabora o parecer técnico final sobre a conformidade ambiental do projeto de execução e remete-o à autoridade de AIA.

A autoridade de AIA, face ao parecer técnico da CA e ao relatório de consulta pública, emite a decisão sobre a conformidade ambiental do projeto de execução (DCAPE), a qual pode ser conforme ou desconforme.

Sempre que o projeto possa produzir um impacto ambiental significativo no território de outro ou outros EM da UE, o Estado Português deve consultar o Estado ou Estados potencialmente afetados quanto aos potenciais efeitos ambientais desse projeto nos respetivos territórios e quanto às medidas previstas para evitar, minimizar ou compensar esses efeitos. De igual modo, o Estado Português deverá pronunciar-se quando, em idênticas circunstâncias, for consultado por outro Estado.

Atendendo ao facto de que Portugal apenas tem fronteiras terrestres com Espanha, de forma a melhor agilizar essas consultas, foi celebrado o Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços.

Sempre que o Estado Português receba informação de outro EM sobre um projeto susceptível de produzir um impacto significativo no território nacional, a APA desencadeia o procedimento de participação do público, divulgando a informação recebida ao público interessado e a todas as entidades a quem o projeto possa interessar.

O resultado da participação pública é transmitido, aos órgãos competentes do EM responsável pelo procedimento de AIA, de modo a serem considerados na respetiva decisão final.

A informação do EM sobre a conclusão do procedimento é pública, encontra-se disponível na autoridade nacional de AIA e é divulgada através de meios electrónicos sempre que possível.

Ambas as decisões, DIA e DCAPE, são vinculativas e prévias aos atos de licenciamento ou autorização do projeto.

2.3. Ordenamento do Território

Em matéria do ordenamento do território existem instrumentos de elevada importância que devem ser considerados aquando da planificação, desenvolvimento e

avaliação do projeto, a saber: Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, e os Planos Diretores Municipais.

Estes instrumentos apesar do seu valor e importância individual, ganham especial relevo por serem também considerados em determinados processos administrativos, como é exemplo o processo de AIA, onde estes aparecem como condicionantes aos projetos em avaliação.

2.3.1. Rede Agrícola Nacional (RAN)

A RAN define-se como áreas que, em virtude das suas características, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. Assim, a RAN é um instrumento de gestão territorial, que se consubstancia numa restrição de utilidade pública, pelo estabelecimento de um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, e que desempenha um papel fundamental na preservação do solo para fins agrícolas. Este instrumento encontra-se regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março (diploma RAN), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.

Nas áreas da RAN são excecionalmente permitidas utilizações não agrícolas, mediante parecer prévio vinculativo ou comunicação prévia à entidade regional da RAN territorialmente competente. Os pareceres favoráveis só poderão ser concedidos quando estejam em causa, sem que haja alternativa viável fora da RAN, uma ou mais das situações referidas no artigo 22.º do diploma RAN.

Para tal é necessária a classificação como ações de relevante interesse público a serem reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas em razão de matéria, desde que evidenciada a impossibilidade em áreas não integradas em RAN. Os pedidos de reconhecimento de ações de relevante interesse público ao abrigo do artigo 25.º do diploma RAN, são instruídos na Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) competente em razão de território. No caso de deferimento do requerimento apresentado, haverá lugar à publicação de um despacho conjunto do membro do Governo competente pela área do desenvolvimento rural e do membro do Governo competente em razão de matéria.

2.3.2. Rede Ecológica Nacional (REN)

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto de tipologias que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Assim, aplica-se a esta estrutura um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos, identificando-se usos e ações compatíveis com os objetivos desse regime nas diferentes tipologias, sendo uma restrição de utilidade pública que condiciona a ocupação, o uso e a transformação do solo a usos e ações compatíveis com os seus objetivos. A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentável do território.

O regime jurídico da REN é o que consta do Decreto-Lei n.º 166/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, com a redação do seu artigo 20.º dada pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho. A REN é ainda regulamentada pela legislação: Portaria n.º 360/2015, de 15 de Outubro, que regulamenta as novas taxas da REN e Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, que estabelece as condições para a viabilização dos usos e ações referidas nos n.º 2 e 3 do artigo 20º do diploma REN.

Nas áreas integradas na REN podem realizar-se ações que sejam reconhecidas de relevante interesse público, desde que não se possam realizar adequadamente em áreas não integradas na REN. O reconhecimento de relevante interesse público é feito por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e competente em razão da matéria, o qual pode estabelecer condicionamentos e medidas de minimização de afetação das áreas REN.

No caso de infraestruturas públicas sujeitas a AIA, a declaração de impacte ambiental (DIA) favorável ou condicionalmente favorável, mesmo que emitida antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, equivale ao reconhecimento de relevante interesse público. Se o procedimento de AIA tiver ocorrido em fase de estudo prévio ou de anteprojecto, a CCDR pode estabelecer condicionamentos e medidas de minimização de afetação das áreas REN, os quais ficam sujeitos a homologação

do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território.

2.3.3. Planos Diretores Municipais (PDM)

Os PDM são enquadrados pela Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Estes planos territoriais de âmbito municipal, são de elaboração obrigatória, salvo se houver um plano diretor intermunicipal, e estabelecem, nomeadamente, a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos. A elaboração e a revisão dos PDM são competência das câmaras municipais, devendo ser assegurado o acompanhamento dos trabalhos por uma comissão consultiva, de natureza colegial, coordenada e presidida pela CCDR territorialmente competente, tal como definido na Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Estes planos definem a classificação das áreas existentes nos municípios cruzando a informação com outros instrumentos de planeamento territorial, como é o caso da REN e RAN.

2.4. Projetos de Reconhecido Interesse Público

Sobre esta temática a mesma foi abordada no ponto anterior, relativamente à aplicação de instrumentos do ordenamento do território, nomeadamente a REN e RAN.

2.5. Regime de Serviço Público da Rede nacional de transporte de Eletricidade e Gás Natural

De referir que o estabelecimento e exploração das infraestruturas das Redes de Transporte de Eletricidade e de Gás Natural são exercidos em regime de serviço público,

sendo as suas atividades consideradas, para todos os efeitos, de utilidade pública, nos termos da legislação aplicável a estes setores em matéria de licenciamento (referida nos pontos seguintes deste manual) pelo que se podem aplicar alguns regimes de exceção/agilização processual neste âmbito, como é exemplo o referido neste manual para as disposições de atribuição de relevante interesse público no âmbito da REN.

2.6. Projetos de Interesse Nacional

O Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro, institui o sistema de acompanhamento de projetos de investimento com importância relevante para a dinamização da economia nacional, incluindo os projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN), procede à determinação das competências da estrutura interministerial encarregue da definição e coordenação da política económica e do investimento do Governo, bem como cria a Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI).

A CPAI tem por missão o acompanhamento de projetos de investimento em Portugal, no âmbito do sistema de acompanhamento de projetos de investimento instituído pelo diploma acima identificado, bem como o reconhecimento dos projetos de PIN.

A CPAI é composta por diversas entidades públicas, representantes de vários setores de atividade, podendo ainda, em função da área territorial e setorial dos projetos em análise, serem igualmente convidadas as Câmaras Municipais territorialmente competentes e as entidades ou organismos diretamente envolvidos na decisão dos projetos, a participar nas suas reuniões, com direito a voto quanto aos projetos específicos em causa.

Os representantes governamentais que tutelam setores associados aos projetos candidatos a PIN poderão igualmente fazer-se representar nas reuniões da CPAI.

Cabe ao promotor apresentar requerimento à Comissão Permanente de Apoio ao Investidor, tendo em vista reconhecer o projeto como um projeto de Potencial Interesse

Nacional (PIN) e, assim, assegurar maior agilidade na tramitação processual. Trata-se, portanto, de um processo que apenas decorre da iniciativa do promotor.

De referir que existem critérios a aplicar aos projetos candidatos a PIN que servem de base a esta análise, sendo eles de forma resumida (tal como definido no Decreto-Lei n.º 154/2013, de 5 de novembro):

- Representem um investimento global igual ou superior a 25 milhões de euros;
- Criem um número de postos de trabalho diretos, igual ou superior a 50;
- Sejam apresentados por promotores de reconhecida idoneidade e credibilidade (e que o projeto seja importante para o desenvolvimento da economia nacional).

2.7. Licenciamento de infraestruturas da Rede Pública de Gás Natural, do Sistema Petrolífero Nacional e da Rede Elétrica de Serviço Público

A aprovação dos projetos da RPGN⁶ e da RESP⁷, confere ao seu titular os seguintes direitos:

- a) Utilizar, nas condições definidas pela legislação aplicável, os bens do domínio público ou privado do Estado e dos municípios para o estabelecimento ou para a passagem das partes integrantes da RPGN ou da RESP;
- b) Proceder à expropriação, por utilidade pública e urgente, nos termos do Código das Expropriações, dos bens imóveis ou dos direitos a eles relativos necessários ao estabelecimento das partes integrantes da RPGN ou da RESP;
- c) Constituir as servidões sobre os imóveis necessários ao estabelecimento das partes integrantes da RPGN ou da RESP, nos termos da legislação específica aplicável.

⁶ A Rede Pública de Gás Natural (RPGN) abrange o conjunto das infraestruturas de serviço público destinadas à recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, ao armazenamento subterrâneo, ao transporte e à distribuição de gás natural, onde se insere a RNTGN (ver DL 30/2006, na redação que lhe foi conferida pelo DL 230/2012).

⁷ A Rede Elétrica de Serviço Particular (RESP) abrange o conjunto das instalações de serviço público destinadas ao transporte e distribuição de eletricidade, que integram a RNT, RND e as redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

As licenças e autorizações exigidas por lei para a exploração das infraestruturas da Rede Nacional de Transporte no setor da eletricidade e gás natural consideram-se outorgadas à concessionária com a aprovação dos respetivos projetos, sem prejuízo da verificação por parte das entidades licenciadoras da conformidade na sua execução.

No caso de projetos no sector petrolífero nacional (SPN) ⁸, a eventual declaração de utilidade pública pelo membro do Governo responsável pela área da energia tem por efeito a expropriação de bens imóveis, nos termos do Código das Expropriações, bem como a constituição de servidões ou a requisição e a utilização de bens de domínio público, nas condições definidas pela legislação aplicável.

2.7.1. Gás Natural

- Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, na atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 230/2012, de 26 de outubro (estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural - SNGN, bem como ao exercício das atividades de recepção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural, transpondo, parcialmente, para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural e que revoga a Diretiva n.º 98/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, na atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 231/2012, de 26 de outubro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SNGN (desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SNGN, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das atividades de transporte, armazenamento subterrâneo, recepção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito, à distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural, e que

⁸ O Sistema Petrolífero Nacional (SPN) abrange o conjunto das instalações destinadas ao tratamento e refinação, armazenamento, transporte por conduta, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos (ver DL 31/2006, de 15 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pelo DL 244/2015, de 19 de outubro).

completa a transposição da Diretiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho);

- Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro (estabelece os princípios a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gases combustíveis canalizados);
- Decreto-lei n.º 11/94, de 13 de janeiro (estabelece o regime aplicável às servidões necessárias à implantação e à exploração das infraestruturas);
- Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril (aprova o Regulamento da RNTGN, retificada pela Portaria n.º 235/2012, de 8 de agosto).
- Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril, alterada pela Portaria n.º 201/2013, de 6 de junho, que adota como Regulamento do Terminal de Recepção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito a norma NP 1473;
- Portaria n.º 181/2012, de 8 de junho, que aprova o Regulamento de Armazenamento Subterrâneo de Gás Natural.

Ainda no âmbito do quadro legal aplicável ao sector do gás natural, nomeadamente na segurança de abastecimento, deve ainda ser considerado o Regulamento (UE) n.º 994/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de outubro de 2010, relativo a medidas destinadas a garantia de aprovisionamento de gás, e ainda o Regulamento (UE) n.º 715/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, relativo às condições de acesso às redes de transporte de gás natural. No quadro legal nacional, pode ainda ser considerada a Portaria n.º 297/2011, de 16 de novembro, que estabelece as reservas mínimas de segurança de gás natural de todos os consumos não interrompíveis.

2.7.2. Petróleo e seus derivados

- Decreto -Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 18 de outubro (estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), bem como as disposições gerais aplicáveis ao exercício das atividades de armazenamento, transporte,

distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo);

- Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 389/2007, de 30 de novembro, 31/2008, de 25 de fevereiro, 195/2008, de 6 de outubro e 217/2012, de 9 de outubro (estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos);
- Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro (define o procedimento a ser seguido no pedido de licenciamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro);
- Decreto n.º 36270, de 9 de maio de 1947 (estabelece o regulamento de segurança das instalações para armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos);
- Decreto-Lei n.º 152/94, de 26 de maio (define o regime jurídico da implantação e exploração de oleodutos e gasodutos para o transporte de gás petróleo liquefeito (GPL) e ou de produtos refinados, com exceção do gás natural. prevê a expropriação de imóveis abrangidos e a constituição de servidões para o respectivo atravessamento, bem como o pagamento de indemnização nos particulares afectados);
- Portaria n.º 765/2002, de 1 de Julho(aprova o Regulamento de Segurança Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Oleodutos de Transporte de Hidrocarbonetos Líquidos e Liquefeitos).
- Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro (estabelece os princípios a que deve obedecer o projeto, a construção, a exploração e a manutenção do sistema de abastecimento de gases combustíveis canalizados);

2.7.3. Eletricidade

- Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, na atual redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro (estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do SEN bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados);
- Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro (estabelece o regime jurídico aplicável às de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e aos procedimentos aplicáveis ao acesso àquelas atividades);
- Decreto-lei n.º 26 852 de 30 de julho de 1936, alterado por: Decreto-Lei n.º 43 335, de 19 de novembro de 1960; Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho; Decreto-Lei n.º 517/80, de 31 de outubro; Portaria n.º 344/89, de 13 de maio (retificada pela declaração n.º DD3882, de 30 de junho de 1989); Decreto-Lei n.º 272/92, de 03 de dezembro; Decreto-Lei n.º 4/93, 8 de janeiro; Lei n.º 30/2006, de 11 de julho; Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril; e Decreto-Lei n.º 29/2006 de 15 de fevereiro;
- Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.
- Portaria n.º 401/76, de 6 de julho, que estabelece as normas a que deverão obedecer os projetos destinados a instruir os pedidos de licença de instalações eléctricas de serviço público.
- Portaria n.º 596/2010, de 30 de julho (aprova o Regulamento da Rede de Transporte de eletricidade (RRT) e o Regulamento da Rede de Distribuição de eletricidade (RRD)).

3. Pareceres relevantes e decisões

3.1. Gás Natural

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de julho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de 1 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro, a construção de uma rede de transporte de gás natural (gasoduto), de diâmetro igual ou superior a 100 mm e cujas pressões de operação sejam superiores a 20 bar, fica sujeita à aprovação do respetivo projeto base pelo ministro responsável pela área da energia.

O procedimento de licenciamento inicia-se, assim, com o “Pedido de Aprovação do projeto”, junto da DGEG. No âmbito do pedido de licenciamento do projeto deverá remeter-se à entidade licenciadora a seguinte documentação (de acordo com o indicado na lista de controlo de documentação definida no ponto 7 deste manual):

- a) Memória descritiva e justificativa;
- b) Planta de localização, com implantação dos principais componentes;
- c) Descrição detalhada dos dispositivos de segurança de que a instalação fica dotada, incluindo comunicações e telecomunicações internas e externas, sempre que necessárias;
- d) Planos de segurança e emergência para casos de acidentes;
- e) Indicação das principais normas e códigos técnicos a observar no projeto, na construção e na operação;
- f) Análise dos impactes ambientais resultantes da construção e da exploração da instalação, através da realização do respetivo Estudo de Impacte Ambiental que deve conter as informações necessárias, consoante o caso, em função das características do estudo prévio, anteprojecto ou projeto em causa, atendendo aos conhecimentos e métodos de avaliação existentes, devendo incluir, no mínimo, os elementos fixados no anexo V do DL 151-B/2013, de 31 de outubro.

- g) Planeamento da construção, com a indicação das previsíveis ampliações ou extensões;

No caso dos gasodutos deve ser ainda apresentada documentação específica:

- a) Implantação das tubagens e dos diversos equipamentos;
- b) Indicação das cotas do terreno e das profundidades de assentamento das tubagens;
- c) Localização dos pontos fixos ou sinalizadores que assinalam a passagem das tubagens;
- d) Indicação dos diâmetros, espessuras e tipos dos materiais da tubagem, assim como dos dispositivos para a sua proteção;
- e) Indicação dos locais e áreas reservados à serventia para construção, inspeção e operações de manutenção;
- f) Localização dos dispositivos de regulação e corte do caudal de gás, de segurança, de manutenção e da aparelhagem de medição e controlo;
- g) Estrutura organizacional.

Previamente à aprovação e ao licenciamento do projeto é necessário, quando aplicável, sujeitar o mesmo a procedimento de AIA. Assim, caso o projeto se encontre sujeito ao regime de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), definido no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a DGEG envia à APA, para início do procedimento de AIA, o EIA relativo à infraestrutura energética em causa, que foi apresentado pelo Promotor e o respetivo projeto, em fase de estudo prévio, anteprojecto ou projeto de execução. A tramitação no âmbito do procedimento de AIA encontra-se descrita no ponto 2.2.2 deste manual.

Na sequência da emissão de DIA favorável ou favorável condicionada ou da emissão de DCAPE conforme ou conforme condicionada, no caso de projetos sujeitos a AIA em fase de estudo prévio ou anteprojecto, a DGEG inicia o processo de licenciamento administrativo e técnico do projeto (de acordo com a legislação acima referida). Subsequentemente é tomada uma decisão relativa à aprovação do projeto apresentado a licenciamento. A tomada de decisão terá sempre em consideração as participações recepcionadas no âmbito da Consulta Pública promovida junto das populações das áreas abrangidas pelo projeto.

Estando o processo devidamente instruído, a DGEG procede, nos termos da lei, à consulta aos ministérios e municípios ou outras entidades administrativas, públicas ou privadas, que se encontrem abrangidas pelo desenvolvimento das obras a executar. Obtidos os pareceres e analisado o projeto, é subsequentemente tomada uma decisão relativa ao projeto apresentado a licenciamento.

A construção, exploração e manutenção dos gasodutos deverá obedecer ao Regulamento da RNTGN, aprovado pela Portaria n.º 142/2011, de 6 abril, alterada pela Portaria n.º 235/2012, de 8 de agosto.

A atividade de pesquisa, o projeto, a construção e a exploração de cavidades em formações salinas no território nacional para o armazenamento subterrâneo de gás natural, deverá obedecer ao Regulamento de armazenamento subterrâneo de gás natural em formações salinas naturais, aprovado pela Portaria n.º 181/2012, de 8 de junho.

A construção de terminais de recepção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) deverá respeitar a norma NP 1473, conforme estabelecido na Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril, alterada pela Portaria n.º 201/2013, de 6 de junho.

3.2. Petróleo

O promotor do projeto deverá apresentar junto da DGEG um pedido de licenciamento, acompanhado, no caso dos oleodutos, dos elementos referidos no artigo 3.º do DL n.º 232/90, de 16 de julho, nomeadamente (de acordo com o indicado na lista de controlo de documentação definida no ponto 7 deste manual):

- a) Memória descritiva e justificativa;
- b) Planta de localização, com implantação dos principais componentes;
- c) Descrição detalhada dos dispositivos de segurança de que a instalação fica dotada, incluindo comunicações e telecomunicações internas e externas, sempre que necessárias;
- d) Planos de segurança e emergência para casos de acidentes;

- e) Indicação das principais normas e códigos técnicos a observar no projeto, na construção e na operação;
- f) Análise dos impactes ambientais resultantes da construção e da exploração da instalação, através da realização do respetivo Estudo de Impacte Ambiental que deve conter as informações necessárias, consoante o caso, em função das características do estudo prévio, anteprojecto ou projecto em causa, atendendo aos conhecimentos e métodos de avaliação existentes, devendo incluir, no mínimo, os elementos fixados no anexo V do DL 151-B/2013, de 31 de outubro.
- g) Planeamento da construção, com a indicação das previsíveis ampliações ou extensões;

Para os oleodutos de acordo com o indicado na lista de controlo de documentação definida no ponto 7 deste manual):

- a) Implantação das tubagens e dos diversos equipamentos;
- b) Indicação das cotas do terreno e das profundidades de assentamento das tubagens;
- c) Localização dos pontos fixos ou sinalizadores que assinalam a passagem das tubagens;
- d) Indicação dos diâmetros, espessuras e tipos dos materiais da tubagem, assim como dos dispositivos para a sua proteção;
- e) Indicação dos locais e áreas reservados à serventia para construção, inspeção e operações de manutenção;
- f) Localização dos dispositivos de regulação e corte do caudal de gás, de segurança, de manutenção e da aparelhagem de medição e controlo;
- g) Estrutura organizacional.

No caso das instalações de armazenamento de produtos de petróleo, o “Pedido de Aprovação do projeto” deverá ser acompanhado dos elementos referidos na Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, nomeadamente de acordo com o indicado na lista de controlo de documentação definida no ponto 7 deste manual):

- a) Requerimento dirigido à entidade licenciadora, devendo conter, nomeadamente, os seguintes elementos:
 - Identificação completa do requerente;

- Localização da instalação a licenciar, indicando rua, freguesia e concelho;
 - Caracterização da instalação;
 - Produtos a armazenar e capacidades respectivas;
 - Fim a que se destina (abastecimento público, próprio, reservas ou outro);
 - Indicação do prazo de exploração previsto;
- b) Documentos comprovativos do direito à utilização do terreno onde se pretende realizar a instalação;
- c) Projeto das instalações, constituído pela memória descritiva e peças desenhadas, em duplicado, mais uma cópia por cada uma das entidades a consultar;
- d) Comprovativo do seguro de responsabilidade civil do projetista, previsto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro. Deverá ainda ser enviada prova do cumprimento das disposições previstas no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (n.º 3 do artigo 11.º do DL 267/2002, de 26 de novembro).

Previamente à aprovação e ao licenciamento do projeto é necessário, quando aplicável, sujeitar o mesmo a procedimento de AIA. Assim, caso o projeto se encontre sujeito ao regime de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), definido no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a DGEG envia à APA, para início do procedimento de AIA, o EIA relativo à infraestrutura energética em causa, que foi apresentado pelo Promotor e o respetivo projeto, em fase de estudo prévio, anteprojecto ou projeto de execução. A tramitação no âmbito do procedimento de AIA encontra-se descrita no ponto 2.2.2 deste manual.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), bem como as disposições gerais aplicáveis ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro, o exercício da atividade de transporte de petróleo bruto ou de produtos de petróleo através de condutas, vulgo oleodutos, não carece de licenciamento autónomo, mas depende do licenciamento das instalações, no âmbito da legislação aplicável – Decreto-Lei

n.º 152/94, de 26 de maio, a conceder pelo membro do Governo responsável pela área da energia, tendo em conta a idoneidade e a certificação do interveniente pela Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.

À aprovação dos projetos de oleodutos aplica-se o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro. Assim, o procedimento de licenciamento de oleodutos segue, de forma geral, o indicado anteriormente para os gasodutos, consistindo a principal diferença no facto da declaração de utilidade pública não decorrer da aprovação do projeto mas sim de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia⁹.

O reconhecimento do interesse da instalação para a economia nacional e o seu carácter estruturante para a segurança ou autonomia do abastecimento, pode fundamentar a declaração de utilidade pública tendo por efeito a expropriação de bens imóveis, nos termos do Código das Expropriações, bem como a constituição de servidões ou a requisição e a utilização de bens de domínio público, nas condições definidas pela legislação aplicável (ver ponto 2 deste manual).

Poderão ainda ser consideradas de interesse público as instalações petrolíferas de transporte por conduta, que pelas suas características físicas, nomeadamente a sua capacidade e localização, e pela inexistência de alternativas viáveis à sua utilização, devam estar acessíveis em condições de concorrência, transparência e não discriminação. A declaração de interesse público compete ao membro do Governo responsável pela área da energia, sob proposta da ENMC, E.P.E., após consulta ao Conselho Nacional para os Combustíveis e à Autoridade da Concorrência. A Autoridade da Concorrência pronuncia-se, no prazo máximo de 30 dias, no âmbito das suas competências.

Estando o processo devidamente instruído, a DGEG procede, nos termos da lei, à consulta das entidades cujo parecer seja necessário e relevante no âmbito do projeto em

⁹ De acordo com o artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro, membro do Governo responsável pela área da energia pode, mediante despacho, declarar a utilidade pública de instalações petrolíferas.

concreto. Obtidos os pareceres e analisado o projeto, é subsequentemente tomada uma decisão relativa ao projeto apresentado a licenciamento.

A construção, exploração e manutenção dos oleodutos deverá obedecer ao Regulamento de Segurança Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção de Oleodutos de Transporte de Hidrocarbonetos Líquidos e Liquefeitos, aprovado pela Portaria n.º 765/2002, de 1 de Julho, e a construção, exploração e manutenção de instalações de armazenagem e tratamento industrial de petróleo e seus derivados deverá obedecer ao Regulamento de Segurança das Instalações para Armazenagem e Tratamento Industrial de Petróleos Brutos, Seus Derivados e Resíduos, aprovado pelo Decreto n.º 36270, de 9 de maio de 1947.

3.3. Eletricidade

De acordo com o disposto no n.º 2 e 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, na sua atual redação, que remetem para a legislação aplicável designadamente o Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas (RLIE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, na sua atual redação, estão definidos os projetos sujeitos a licenciamento e aprovação.

O procedimento de licenciamento inicia-se com a “Entrega do Dossiê de Licenciamento”, junto da DGEG, entidade licenciadora competente, com a instrução dos elementos referidos no n.º 2 do artigo 15.º do RLIE, na sua atual redação, e na Portaria n.º 401/76, de 6 de julho.

A documentação necessária a apresentar elenca-se de seguida (de acordo com o indicado na lista de controlo de documentação definida no ponto 7 deste manual):

- a) Memória descritiva e justificativa;
- b) Planta de localização, com implantação dos principais componentes (apoios e cabos); Perfil e planta parcelar com os diversos obstáculos de implantação e localização detalhada dos apoios e cabos;

- c) Descrição detalhada dos diversos tipos de materiais e componentes designadamente apoios, cabos condutores e de guarda, cadeias de isoladores e acessórios;
- d) Cálculos elétricos e mecânicos incluindo designadamente os campos eletromagnéticos e do ruído particular produzido;
- e) Avaliação das interferências com outras infraestruturas designadamente de telecomunicações, adutores, gasodutos, oleodutos e feixes hertzianos;
- f) Análise dos riscos originados pelo funcionamento e presença das linhas (incêndios, quedas de apoios e cabos, tensões induzidas, contactos acidentais com peças em tensão;
- g) Plano de segurança e saúde para a fase de construção;
- h) Análise dos impactes ambientais resultantes da construção e da exploração da instalação, através da realização do respetivo Estudo de Impacte Ambiental que deve conter as informações necessárias, consoante o caso, em função das características do estudo prévio, anteprojecto ou projecto em causa, atendendo aos conhecimentos e métodos de avaliação existentes, devendo incluir, no mínimo, os elementos fixados no anexo V do DL 151-B/2013, de 31 de outubro.
- i) Planos de Gestão de resíduos para a fase de construção e de exploração.

Caso o projecto se encontre sujeito ao regime de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), definido no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a DGEG envia à APA, para início do procedimento de AIA, o EIA relativo à infraestrutura energética em causa, que foi apresentado pelo Promotor e o respetivo projecto, em fase de estudo prévio, anteprojecto ou projecto de execução. A tramitação no âmbito do procedimento de AIA encontra-se descrita no ponto 2.2.2 deste manual.

O procedimento sucintamente acima descrito decorre tipicamente no prazo máximo estabelecido pelo Regulamento de 1 ano e 6 meses, sem prejuízo dos prazos legalmente estipulados na legislação do domínio do ambiente aplicável.

A construção, do projecto é executada à luz da Regulamentação Portuguesa, designadamente a Portaria n.º 1421/2004, de 23 de novembro que define os níveis de referência dos campos eletromagnéticos relativos à exposição da população que adota a Recomendação do Conselho n.º 1999/519/CE, de 12 de julho, do Regulamento Geral do

Ruído – Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que regula a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações e do RLIE, o qual fixa as normas que devem ser seguidas para o licenciamento das instalações eléctricas.

4. Autoridade Competente

A autoridade competente em matéria de licenciamento de infraestruturas energéticas seleccionadas como projetos de interesse comum, dependente da Secretaria de Estado da Energia, do Ministério da Economia, é a Direção-Geral de Energia e Geologia.

Direção-Geral de Energia e Geologia

Av.ª 5 de Outubro, 208 (Edifício Sta Maria)

1069 – 203 Lisboa

Telefone +351 217 922 700/800

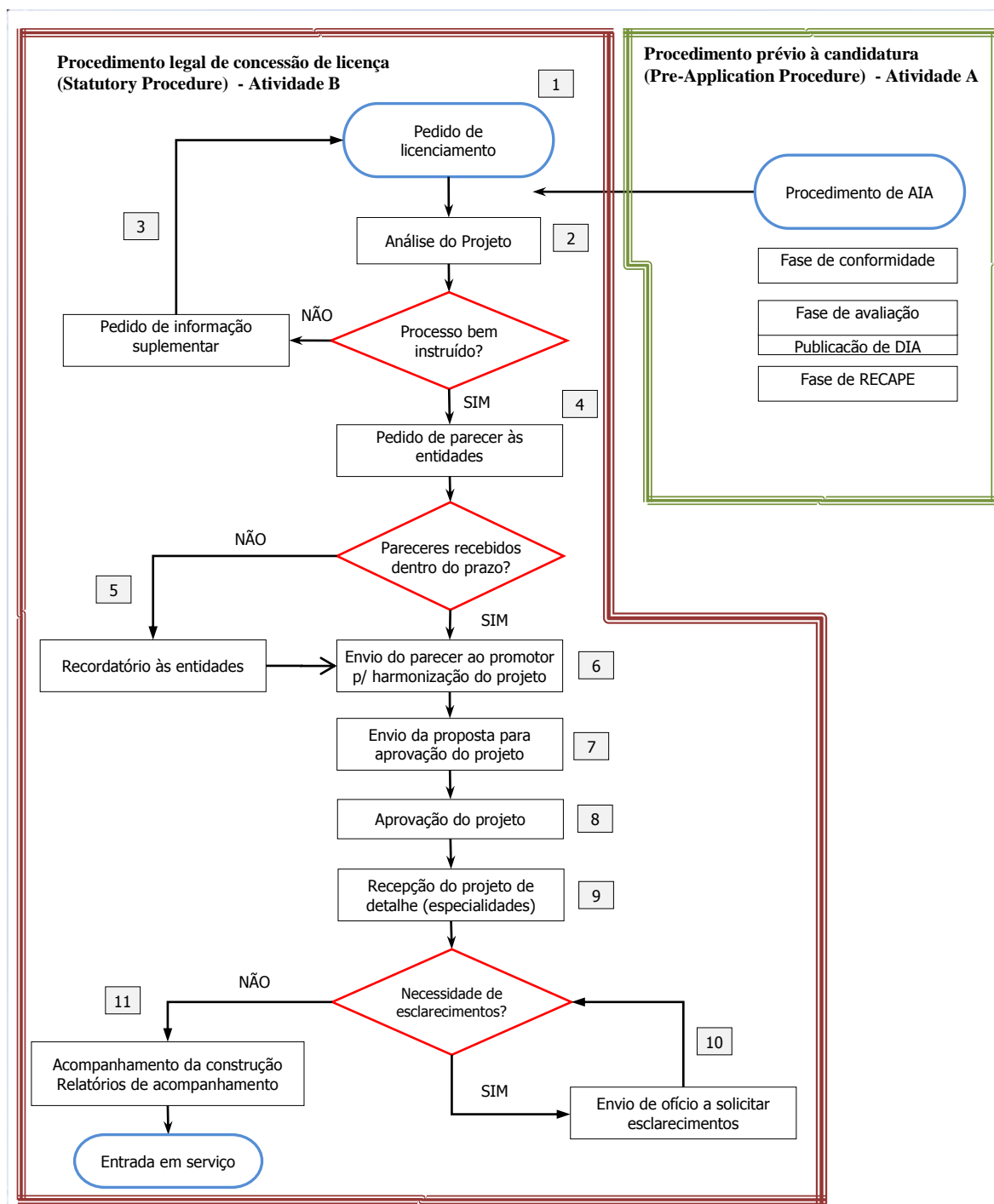
Fax +351 217 939 540

Site: www.dgeg.pt

No Ponto 6 são identificadas outras autoridades relevantes e partes interessadas no processo de concessão de licença dos PIC

5. Diagrama de fluxos

5.1. Licenciamento de infraestruturas de gás natural ao abrigo do Decreto-Lei n.º 232/90



Descrição das fases do processo de decisão:

Atividades A – Procedimento Prévio à Candidatura

A tramitação associada a esta parte do processo poderá ser consultada no ponto 2.2.2 (Avaliação de Impacte Ambiental) deste manual. Após o processo de AIA, seguir-se-á o processo de licenciamento por parte da DGEG, conforme descrito Abaixo (Atividade B).

Atividades B – Processo Legal de Concessão de Licença

Atividade 1

O promotor desencadeia o processo de licenciamento apresentando, na entidade licenciadora, a documentação exigida pela legislação aplicável, designadamente o disposto no artigo 3.º do DL n.º 232/90, de 16 de julho, alterado pelo DL n.º 183/94, de 1 de julho, na atual redação que lhe foi dada pelo DL n.º 7/2000, de 3 de fevereiro.

Atividade 2

O processo é analisado e é verificada a sua conformidade com a legislação aplicável. A DGEG envia o projeto para a APA de modo a que esta possa instruir o processo de AIA. A DIA ou a DCAPE podem incluir a necessidade de cumprimento de obrigações prévias ao licenciamento do projeto.

Atividade 3

No caso de o processo não se encontrar devidamente instruído são solicitados ao promotor, os elementos em falta ou que proceda às correções ou adaptações consideradas necessárias. Após o processo de AIA se encontrar concluído poderá ainda solicitar-se informação adicional, processo este que durará, no máximo, 20 dias (10 dias para envio de pedido de informação suplementar e outros 10 para receção da resposta, ao abrigo do previsto no artigo 86.º do Anexo do DL 4/2015, de 7 de janeiro – Código do Procedimento Administrativo (CPA)).

A ausência de resposta por parte do promotor no prazo concedido ou a não correção total das deficiências detetadas determinará o indeferimento do pedido por parte da DGEG, devendo esta fundamentar a decisão nos termos CPA.

Atividade 4

Se o processo se encontra devidamente instruído, a DGEG promove a consulta às entidades, fixando prazo para a receção dos pareceres (30 dias)¹⁰, findo o qual a ausência de resposta será considerada como pronúncia favorável. Caso no âmbito do procedimento de AIA não tenha sido emitido qualquer parecer relacionado com a desafetação de terrenos inseridos em reserva ecológica nacional (REN) ou reserva agrícola nacional (RAN), a

¹⁰ De acordo com o n.º 4.º do artigo 2.º do DL n.º 232/90, de 16 de julho, são objecto de parecer prévio dos ministérios da Defesa Nacional, do Planeamento e das Infraestruturas, da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, do Mar e do Ambiente, bem como dos municípios abrangidos pelas obras a executar, com vista à harmonização das construções que integram o projeto com os instrumentos de gestão territorial daqueles ministérios e municípios.

entidade licenciadora (DGEG) solicitará parecer às Comissões Regionais de Reserva Agrícola ou às CCDR territorialmente competentes.

Atividade 5

Caso se verifiquem atrasos na entrega dos pareceres são enviados recordatórios às entidades em falta, comunicando que a falta de envio do parecer dentro do prazo faz com que a entidade licenciadora considere, nos termos legais, o parecer das entidades como positivo.

Atividade 6

São enviadas ao promotor, cópias dos pareceres recebidos das entidades consultadas, para que o promotor proceda em conformidade com os mesmos. A entidade licenciadora tem no máximo 10 dias para remeter ao promotor os pareceres das entidades (artigo 86.º do Anexo do DL 4/2015, de 7 de janeiro).

Atividade 7

Após a receção da resposta do promotor aos pareceres recebidos, a DGEG envia proposta de aprovação do projeto ao ministro responsável pela área da energia, acompanhada de declaração do promotor em que se compromete a cumprir com as condicionantes/medidas de minimização contidas na DIA e, quando aplicável, DCAPE, bem como nos pareceres das entidades consultadas.

Atividade 8

O ato de aprovação do projeto é publicado em Diário da República. O prazo para a aprovação do projeto pelo membro do Governo responsável pela área da energia terá em consideração o definido no artigo 10.º do Regulamento (EU) n.º 347/2013. Com esta aprovação conclui-se o prazo previsto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (EU) n.º 347/2013.

Atividade 9

Os projetos de detalhe e de especialidade são recebidos e analisados pela DGEG e enviados às entidades cujas atividades ou domínios de atuação possam ser afetadas pela construção.

Atividade 10

O esclarecimento de eventuais dúvidas é solicitado ao promotor.

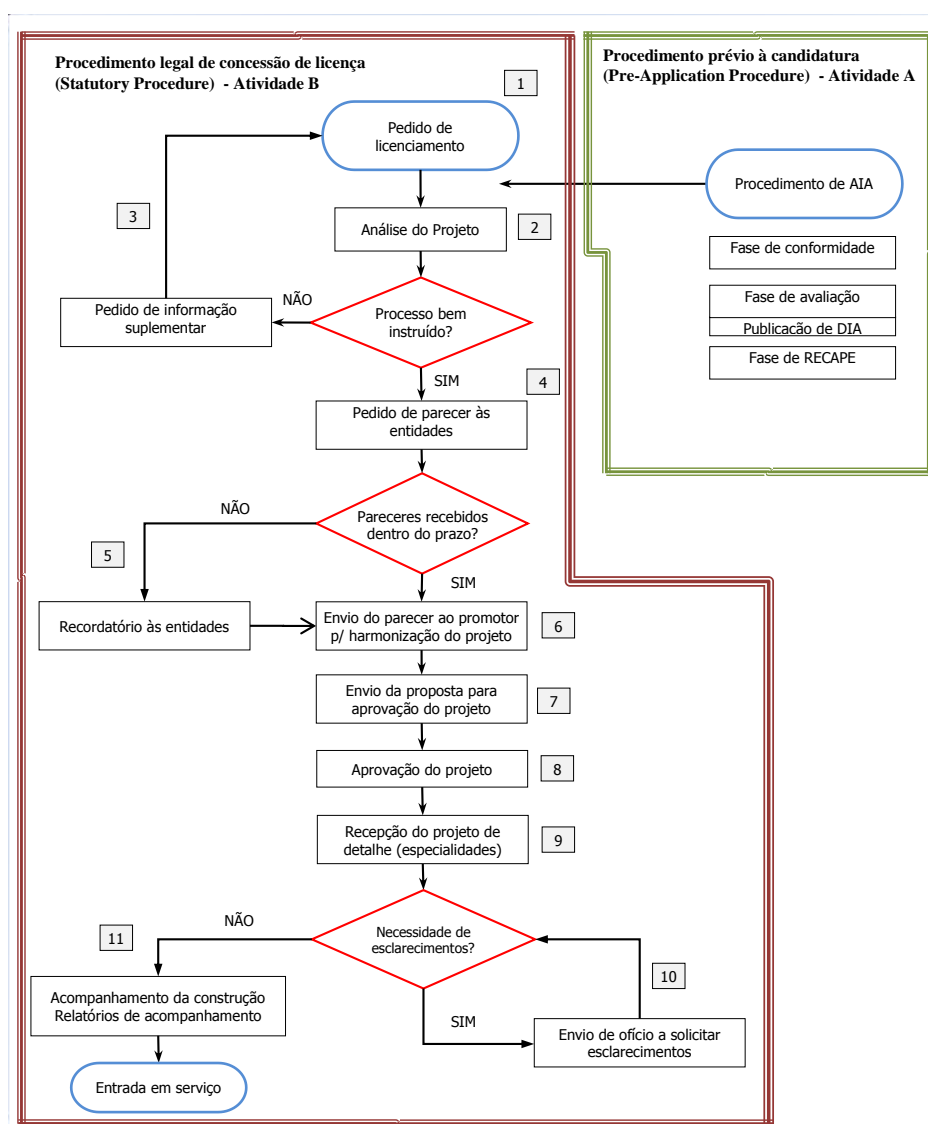
Atividade 11

Acompanhamento da execução do projeto através da análise dos relatórios de progresso emitidos pelo promotor bem como pela realização de ações de acompanhamento.

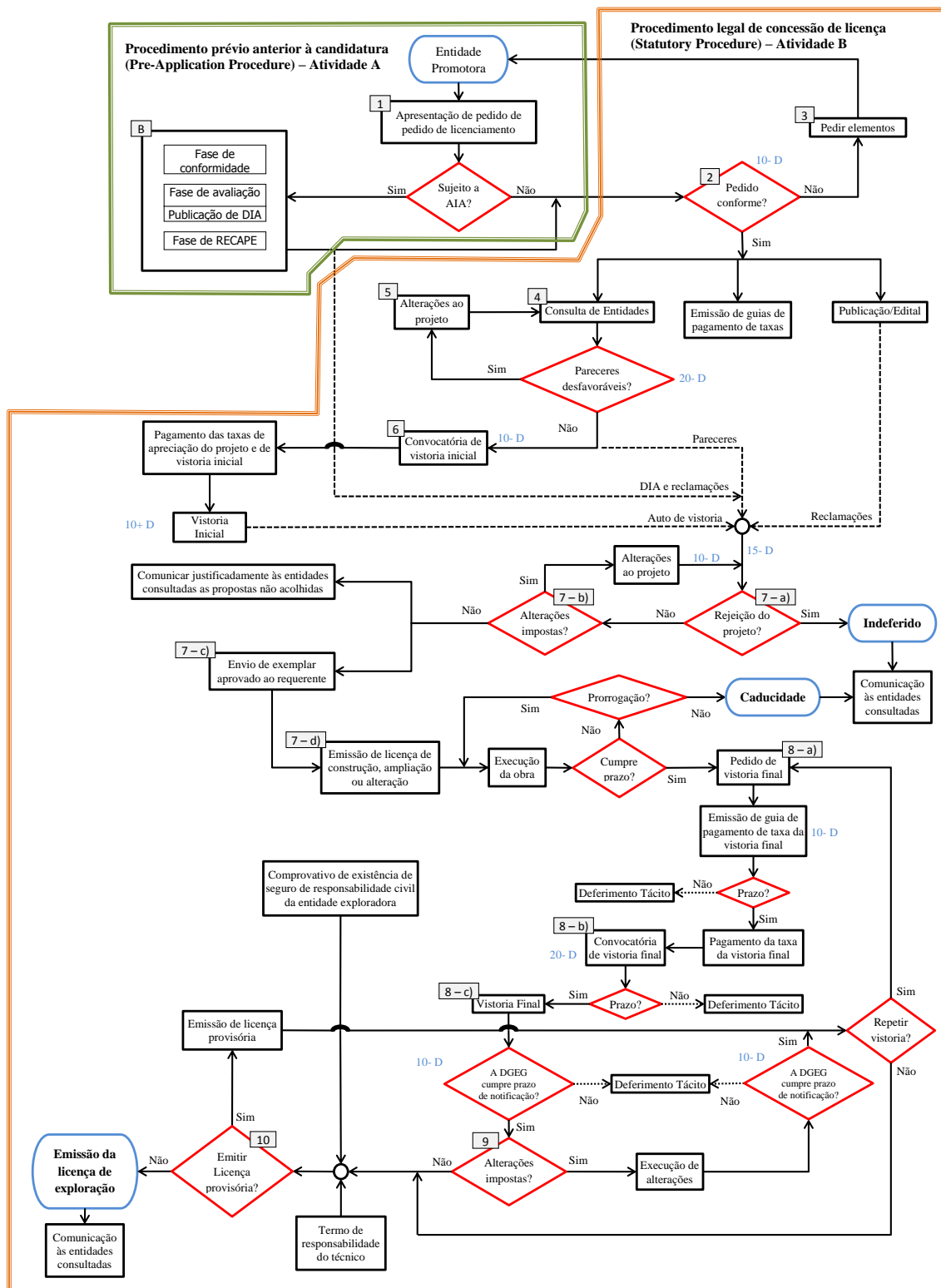
5.2. Licenciamento dos projetos no setor do petróleo

5.2.1. Licenciamento de oleodutos

Por força do previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 244/2015, de 19 de outubro, a aprovação dos projetos de oleodutos segue o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/94, de 1 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de fevereiro. Neste sentido, o procedimento de licenciamento de oleodutos segue, de forma geral, o indicado no ponto anterior relativamente ao processo de licenciamento de infraestruturas no setor do gás natural.



5.2.2. Licenciamento de infraestruturas do SPN ao abrigo do Decreto-Lei n.º 267/2002



Descrição das fases do processo de decisão:

Atividades A – Procedimento Prévio à Candidatura

A tramitação associada a esta parte do processo poderá ser consultada no ponto 2.2.2 (Avaliação de Impacte Ambiental) deste manual. Após o processo de AIA, seguir-se-á o processo de licenciamento por parte da DGEG, conforme descrito Abaixo (Atividade B).

Atividades B – Processo Legal de Concessão de Licença

Atividade 1

O promotor envia pedido de licenciamento à DGEG acompanhado dos elementos referidos na Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, e no artigo n.º 3 do artigo 11.º do DL n.º 267/2002, de 26 de novembro. Com o pedido de licenciamento é devida a taxa correspondente à apreciação do projeto e da vistoria inicial (n.º5 do artigo 8.º do DL n.º 267/2002). A DGEG remete os elementos relativos ao projeto à APA de modo a que esta possa dar início ao processo de AIA.

Atividade 2

O processo é analisado e é verificada a sua conformidade com a legislação aplicável. A DGEG, no prazo máximo de 10 dias, verifica a conformidade do pedido (n.º2 do artigo 8.º do DL n.º 267/2002).

Atividade 3

No caso de o processo não se encontrar devidamente instruído são solicitados ao promotor, os elementos em falta ou que proceda às correções ou adaptações consideradas necessárias. O pedido de informação adicional decorre até ao quinto dia do prazo 10 dias da fase anterior (n.º3 do artigo 8.º do DL n.º 267/2002).

Atividade 4

Se o processo se encontra devidamente instruído, a DGEG promove a consulta às entidades (10 dias - n.º2 do artigo 9.º do DL n.º 267/2002), fixando prazo para a receção dos pareceres (20 dias - n.º1 do artigo 10.º do DL n.º 267/2002). Caso no âmbito do procedimento de AIA não tenha sido emitido qualquer parecer relacionado com a desafetação de terrenos inseridos em reserva ecológica nacional (REN) ou reserva agrícola nacional (RAN), a entidade licenciadora (DGEG) solicitará parecer às Comissões Regionais de Reserva Agrícola ou às CCDR territorialmente competentes.

Atividade 5

São enviadas ao promotor, cópias dos pareceres recebidos das entidades consultadas, para que o promotor proceda em conformidade com os mesmos. A entidade licenciadora tem no máximo 10 dias para remeter ao promotor os pareceres das entidades (artigo 86.º do Anexo do DL 4/2015, de 7 de janeiro). Caso se verifiquem atrasos na entrega dos pareceres são enviados recordatórios às entidades em falta, comunicando que a falta de

envio do parecer dentro do prazo faz com que a entidade licenciadora considere, nos termos legais, o parecer das entidades como positivo.

Atividade 6

Até 10 dias após a receção dos pareceres das entidades consultadas, a DGEG procede à convocação, com a antecedência mínima de 10 dias, da comissão de acompanhamento da vistoria inicial (n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º do DL n.º 267/2002). A vistoria inicial tem por objetivo avaliar o local da obra, podendo ser impostas condições e prazos julgados convenientes para a construção e exploração das instalações.

Atividade 7

No prazo de 15 dias após a realização da vistoria inicial, a entidade licenciadora profere uma decisão devidamente fundamentada de aprovação, imposição de alterações ou rejeição do projeto, disso notificando o requerente (n.º1 do artigo 13.º do DL n.º 267/2002). Com esta aprovação conclui-se o prazo previsto na alínea *b*) do n.º1 do artigo 10.º do Regulamento (EU) n.º 347/2013.

Atividade 8

Após a execução da instalação, e dentro do prazo que tenha sido fixado para a respetiva conclusão, o promotor do PIC deve requerer à DGEG a realização de uma vistoria final. A vistoria final destina-se a averiguar se a instalação reúne condições para a concessão da licença de exploração, sendo para tal verificada a concordância com o projeto e o cumprimento das condições e prescrições legalmente exigidas. A guia para pagamento da taxa devida pela vistoria final é emitida no prazo de 10 dias a contar da data em que é requerida a vistoria, sendo posteriormente a vistoria final convocada no prazo de 20 dias a contar do pagamento (n.ºs 12 do artigo 12.º do DL n.º 267/2002).

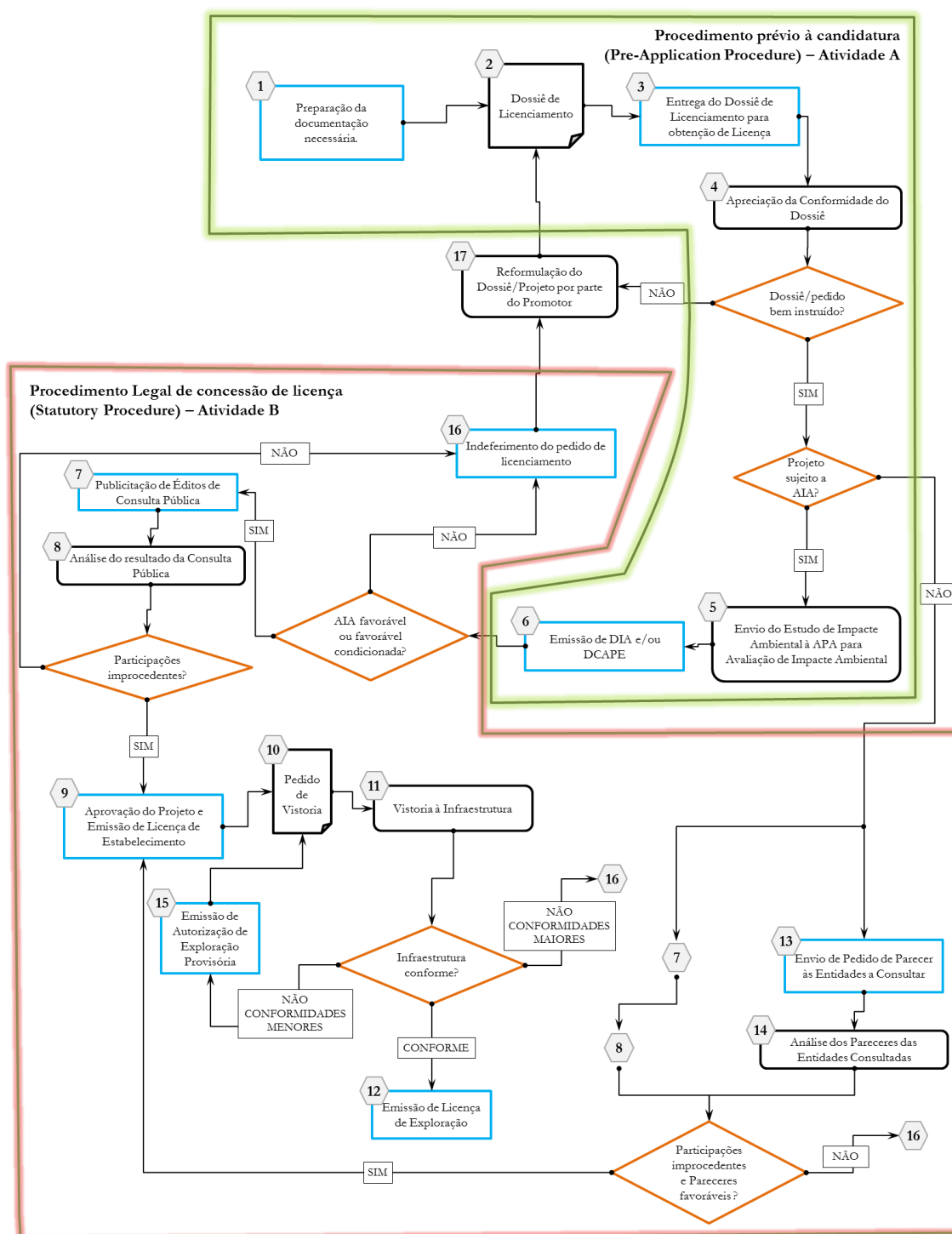
Atividade 9

Caso se verifiquem deficiências na instalação, será concedido prazo para a respetiva correção, e marcada, se necessário, nova vistoria (n.º7 do artigo 12.º do DL n.º 267/2002) .

Atividade 10

A licença de exploração é concedida após verificação da conformidade da instalação com o projeto aprovado e do cumprimento das condições que tenham sido fixadas, no prazo de 10 dias após a realização da vistoria final ou da realização das correções que lhe tenham sido impostas (n.º 1 do artigo 14.º do DL n.º 267/2002). Em casos justificados, pode ser concedido um prazo para a exploração a título provisório.

5.3. Licenciamento de infraestruturas de linhas elétricas, no âmbito do Regulamento de Licenças de Instalações Elétricas



Descrição das fases do processo de decisão:

Atividades A – Procedimento Prévio à Candidatura

Em complemento à informação aqui descrita, para o procedimento de AIA poderá ser consultada a tramitação definida no ponto 2.2.2 (Avaliação de Impacte Ambiental) deste manual.

Atividade 1

Preparação de toda a documentação necessária para início do procedimento pré-candidatura e para o procedimento legal de concessão de licença, que incluirá a preparação dos elementos relativos à componente ambiental do projeto a licenciar.

Atividade 2

O Promotor do projeto organiza um dossiê de licenciamento o qual deverá conter documentação exigida pela legislação aplicável em razão da tipologia de projeto, conforme descrito no ponto 3.3 e 7 deste manual:

Atividade 3

O Promotor desencadeia a candidatura para obtenção de Licença de Estabelecimento, entregando o dossiê de candidatura à Autoridade Competente, a DGEG.

Atividade 4

A DGEG verifica se o do dossiê/pedido está bem instruído, nomeadamente se possui toda a documentação exigida com o grau de completude necessário à sua avaliação. Se se verificar a conformidade o procedimento prosseguirá. Caso contrário solicitar-se-á a reformulação do dossiê/projeto ao Promotor, que o deverá reformular num prazo mínimo de 10 dias úteis a contar da data de notificação das deficiências da sua candidatura original. A ausência de reformulação no prazo concedido ou a não correção total das deficiências detetadas levará ao indeferimento do pedido fundamentando a sua decisão, conforme o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

Atividade 5

Caso o projeto careça de Avaliação de Impacte Ambiental, do dossiê de licenciamento fará parte um Estudo de Impacte Ambiental que será remetido à APA para início do procedimento de AIA, o EIA relativo à infraestrutura energética em causa, que foi apresentado pelo Promotor, bem como o respetivo projeto em fase de estudo prévio, anteprojecto ou projecto de execução.

Os prazos e atividades da Avaliação de Impacte ambiental são os descritos na parte 2.2.2.

Atividade 6

Os prazos e atividades da Avaliação de Impacte ambiental são os descritos na parte 2.2.2.

Atividades B – Processo Legal de Concessão de Licença

Atividade 7

Na sequência da decisão da DIA favorável ou favorável condicionada, e DCAPE conforme ou conforme condicionada, caso aplicável, a DGEG prossegue o procedimento de licenciamento do projeto, com a publicitação do Édito.

Tendo sido notificada por parte da Autoridade de AIA, a DGEG procede à publicação de Édito de Consulta Pública.

O Édito materializa-se numa comunicação redigida em formato físico, que é afixada em local visível e de acesso público na sede da DGEG e nas sedes dos Municípios onde se vão localizar as infraestruturas do projeto, onde fica também disponível para consulta a documentação do projeto. No documento de Édito consta a descrição sumária do projeto, o período durante o qual está aberta a consulta pública e o local e forma de consultar a documentação e apresentar a participação.

Adicionalmente, o Édito é também publicado em Diário da República (após a sua publicação a DGEG aguarda 15 dias úteis) e solicita ao Promotor a sua publicação num órgão de comunicação de âmbito nacional.

O prazo de Consulta Pública é de 15 dias úteis, sendo que findo esse prazo os Municípios dispõem de 10 dias úteis para remeter à DGEG as participações públicas recebidas. Em caso de não comunicação nesse prazo, a DGEG assume que não houve lugar a qualquer participação pública.

Os interessados podem participar por escrito neste processo de Consulta Pública, quer em formato físico ou por meios electrónicos, nomeadamente por *e-mail*, para os endereços postais e de correio electrónico dos Municípios que publicitam a Consulta Pública e para a DGEG.

Atividade 8

Durante o período de Consulta Pública e o período de análise dos seus resultados, o procedimento de licenciamento é suspenso, após a receção das participações públicas estas são avaliadas e, caso sejam consideradas procedentes, podem ser solicitados esclarecimentos ao Promotor. O resultado da análise é tomado e consideração na decisão sobre a licença.

Atividade 9

O procedimento de licenciamento é retomado com a aprovação do projeto e a emissão da licença de estabelecimento, condicionada às cláusulas da DIA ou DCAPE e eventuais cláusulas decorrentes da participação na Consulta Pública (dos éditos do licenciamento). A licença de estabelecimento é válida pelo período de dois anos, podendo eventualmente ser

prorrogada pelo prazo adicional de dois anos, desde que devidamente justificado. O Promotor pode assim iniciar a construção do projeto.

Atividade 10 e 11

No decorrer do prazo concedido na licença de estabelecimento o Promotor deverá proceder à instalação da infraestrutura, solicitar à DGEG a vistoria, após a qual será emitida a licença de exploração.

Após o pedido de vistoria a DGEG dispõe de 30 dias úteis para a sua marcação e realização. Caso a DGEG não efetuar a vistoria no prazo mencionado existe lugar a deferimento tácito, podendo o Promotor proceder à exploração da sua infraestrutura, não obstante de realização da vistoria e emissão de licença de exploração posteriormente.

Atividade 12

Se a conformidade é verificada é emitida a licença de exploração.

Atividade 13

Esta atividade, se o projeto for abrangido por AIA, é cumprida no âmbito dessa Avaliação. Nos restantes casos, o pedido de parecer a outras entidades é despoletado simultaneamente com a Consulta pública descrita na atividade 7.

São consultadas todas entidades cujas atividades ou domínios de atuação possam ser afetados pela infraestrutura em licenciamento. Estas entidades dispõem de um prazo de 30 dias úteis para se pronunciarem, prazo findo o qual a ausência de resposta será considerada como uma pronúncia favorável.

Conforme os domínios ou atividades afetadas, as entidades a consultar serão:

- Portugal Telecom
- Infraestruturas de Portugal, S.A.
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.
- Entidades Regionais da Reserva Agrícola Nacional
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
- Câmaras Municipais
- Ministério da Defesa Nacional (Estado Maior da Força Aérea, Marinha, Estado Maior das Forças Armadas)
- ANA - Aeroportos de Portugal
- Operadores de rede de gás natural, rede elétrica
- Concessionários da rede de distribuição de água
- Concessionários da rede viária
- Autoridade Nacional de Proteção Civil
- Agência Portuguesa do Ambiente - Serviços Descentralizados das Regiões Hidrográficas

As entidades acima referidas terão um prazo de 30 dias úteis para se pronunciarem sobre o projeto, em caso de ausência de pronúncia a DGEG considera uma posição favorável à instalação do projeto.

Atividade 14

Terminado o prazo acima referido a DGEG analisa os pareceres recepcionados da mesma forma que analisa as pronúncias de consulta pública, descrita na atividade 8.

Caso as participações de consulta pública sejam improcedentes e os pareceres sejam favoráveis aprovar-se-á o projeto e emitir-se-á a licença de estabelecimento do projeto, representado na atividade 9. O Procedimento desde o seu início até à atividade 9 terá uma duração típica inferior a 1 ano e 6 meses.

Atividade 15

Caso as não conformidades detetadas na vistoria forem menores, emitir-se-á uma autorização de exploração provisória. O Promotor deverá solucionar as não conformidades detetadas e solicitar nova vistoria.

Atividade 16

Caso a DIA, DCAPE ou ainda os pareceres da entidades consultadas e a consulta pública, no caso de projeto não ser abrangido por AIA, forem desfavoráveis, é proposto o indeferimento do pedido de licenciamento, que decorrerá nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Antes da decisão definitiva de indeferimento, será concedido um prazo no mínimo de 10 dias úteis para o Promotor apresentar factos e justificações que entenda como relevantes para uma decisão final favorável.

Atividade 17

Se assim o entender, o Promotor poderá, uma vez o pedido indeferido ou o dossiê de licenciamento não esteja conforme, proceder à sua reformulação, tornando a submeter pedido, assim que as não conformidades elencadas estejam solucionadas.

6. Contactos da autoridade competente, outras autoridades e principais interessados

De seguida é apresentada a listagem com a indicação do nome e contacto da autoridade competentes, outras autoridades e principais interessados no processo de concessão de licenças dos PIC:

Tipo	Nome	Contactos
Autoridade Competente	Direção Geral de Energia e Geologia	Morada: Av. 5 de Outubro, n° 208, Edifício S.ª Maria, 1069-203 Lisboa Tel: +351 217922400 E--mail: planeamento@dgeg.pt
Outras autoridades	Agência Portuguesa do Ambiente (autoridade AIA e de recursos hídricos)	Morada: Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal, 2610-124 Amadora Tel +351 21472 82 00 E--mail: geral@apambiente.pt
	Entidade Nacional da RAN	Morada: Avenida Afonso Costa n° 3, 1949 – 002 LISBOA Tel:: +351 218 442 200 E-mail: geral@dgadr.pt
	Entidade Regional da Reserva Agrícola do Norte	Morada: Rua Dr. Francisco Duarte, 361 – 1º, 4715-017 BRAGA Tele: +351 253 206 400 E-Mail: erran@drapn.min-agricultura.pt
	Entidade Regional da Reserva Agrícola do Centro	Morada: Rua Amato Lusitano, 3, 6000 CASTELO BRANCO Tele: +351 272 348 600 E--mail: er-ran.c@drapc.min-agricultura.pt
	Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo	Morada: Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n° 3, Apartado 477, 2001 - 906 SANTARÉM Tel: +351 243 377 500 E-Mail: ran@draplvt.min-agricultura.pt
	Entidade Regional da Reserva Agrícola do Alentejo	Morada: Quinta da Malagueira - Apartado 83, 7002-553 Évora Tel: +351 266 757 800 E-Mail: geral@drapal.min-agricultura.pt
	Entidade Regional da Reserva Agrícola do Algarve	Morada: Apartado 282, Patação, 8001 – 904 FARO Tel: +351 289 870 700 E-Mail: er-ran.algarve@drapalg.min-agricultura.pt

Tipo	Nome	Contactos
Outras autoridades	Autoridade Nacional de Proteção Civil	Morada: Av do Forte em Carnaxide, 2794 - 112 Carnaxide Tel: +351 21 4247100 E-mail: geral@prociv.pt
	Estado Maior da Força Aérea	Morada: Av. Leite de Vasconcelos, N.º 4, 2614-506 Amadora Tel: +351 21 472 35 09 E-Mail: rp@emfa.pt
	ANA - Aeroportos de Portugal	Morada: Aeroporto de Lisboa Tel: + 351 218 413 500 E--mail: lisbon.airport@ana.pt
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Morada: Rua Rainha D. Estefânia, 251, 4150-304 PORTO Tel: +351 22 608 63 00 Email sec.presidente@ccdr-n.pt
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	Morada: Rua Bernardim Ribeiro, 80 3000-069 Coimbra Tel: +351 239400100 E-Mail: geral@ccdr-c.pt
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Morada: Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa Tel.: +351 213 837 100 E-mail: geral@ccdr-lvt.pt
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Morada: Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 193 , 7004-514 Évora Tel: +351 266 740 300 E-mail : expediente@ccdr-a.gov.pt
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	Morada: Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro Tel.: +351 289895200 E-mail: geral@ccdr-alg.pt
	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas	Morada: Avenida da República, 16 1050-191 LISBOA Tel.: +351 213507900 E-mail: icnf@icnf.pt

Tipo	Nome	Contactos
Outras autoridades	Infraestruturas de Portugal	Morada: Praça da Portagem, 2809-013 Almada Tel: +351 212879000 E-mail: geral@infraestruturasdeportugal.pt
	Autoridade para as Condições do Trabalho	Morada: Av. Casal Ribeiro, 18-A 1000-092 Lisboa Tel: +351 213 308 700 E-mail: geral@act.pt
	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos	Morada: Rua Dom Cristóvão da Gama, n.º 1, 3º, 1400 Lisboa Tel: +351 213 033 200 E-mail: geral.erse@erse.pt
Principais interessados	Direção Geral do Consumidor	Morada: Praça Duque de Saldanha, n.º 31. 3º, 1069-013 Lisboa Tel: +351 213564600 E-mail: dgc@dg.consumidor.pt
	DECO - Associação de Defesa do Consumidor	Morada: R. de Artilharia Um, n.º 79, 4.º, 1269-160 Lisboa Tel.: +351 213710200 E-mail: decolx@deco.pt
	QUERCUS	Morada: Centro Associativo do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, 1500-045 Lisboa Tel: +351 217 788 474 E-mail: quercus@quercus.pt
	GEOTA - Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente	Morada: Travessa do Moinho de Vento n.º17- Cv/Dta , 1200-727 Lisboa, Tel: +351 21 395 61 20 E-mail: geota@geota.pt

Tipo	Nome	Contactos
Principais interessados	ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável	Rua Alexandre Herculano, 371 4º dto 4000-055 Porto E-mail: zero@xero.org
	REN Elétrica, S. A.	Morada: Av. Estados Unidos da América 55, 1749-061 Lisboa Tele: +351 21 001 3500 E-mail: geral@ren.pt
	REN Gasodutos, S. A.	Morada: Estrada Nacional 116, Vila de Rei, 2674-505 Bucelas E-mail: geral@rengasodutos.pt Tel: +351 21 968 8200
	EDP Distribuição, S. A.	Morada: Rua Camilo Castelo Branco, 43, 1050-044 Lisboa Tel: +351 210 021 400 E-mail: geral@edp.pt
	GALP, SGPS	Morada: Rua Tomás da Fonseca - Torre C, 1600-209 Lisboa Tel: + 351 217 242 500 E-mail: galp@galpenergia.com
	Elecpor - Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico	Morada: Avenida Sidónio Pais, n.º 14 - 1.º Dtº, 1050-214 LISBOA Tel: +351 21 829 2800 Email: geral@elecpor.pt
	AGN – Associação Portuguesa de Empresas de Gás Natural	Morada: Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2 – 17.º Piso, 1070-102 Lisboa Tel: + 351 309 996 567 Email: geral@agnatural.pt
	Apetro - Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas	Morada: Av. Eng.º Duarte Pacheco, Amoreiras – Torre 2 , 6º piso , sala 1 , 1070 - 102 LISBOA Tel: +351 21 384 40 65 E-mail: geral@apetro.pt

7. Lista de Controlo de Documentação para pedido de concessão de licença

De seguida é apresentada lista de controlo de documentação para pedido de concessão de licença dos PIC (de acordo com o definido no alínea e) do ponto 1 do Anexo VI do Regulamento TEN-E (a consulta desta lista não dispensa a leitura do disposto nos pontos 3 deste manual):

Setor	Documentos
Gás Natural (caso geral)	Memória descritiva e justificativa
	Planta de localização, com implantação dos principais componentes
	Descrição detalhada dos dispositivos de segurança de que a instalação fica dotada, incluindo comunicações e telecomunicações internas e externas, sempre que necessárias
	Planos de segurança e emergência para casos de acidentes
	Indicação das principais normas e códigos técnicos a observar no projeto, na construção e na operação
	Análise dos impactes ambientais resultantes da construção e da exploração da instalação, através da realização do respetivo Estudo de Impacte Ambiental que deve conter as informações necessárias, consoante o caso, em função das características do estudo prévio, anteprojecto ou projeto em causa, atendendo aos conhecimentos e métodos de avaliação existentes, devendo incluir, no mínimo, os elementos fixados no anexo V do DL 151-B/2013, de 31 de outubro.
	Planeamento da construção, com a indicação das previsíveis ampliações ou extensões
Gás Natural (caso específico - gasodutos)	Implantação das tubagens e dos diversos equipamentos
	Indicação das cotas do terreno e das profundidades de assentamento das tubagens
	Localização dos pontos fixos ou sinalizadores que assinalam a passagem das tubagens
	Indicação dos diâmetros, espessuras e tipos dos materiais da tubagem, assim como dos dispositivos para a sua proteção
	Indicação dos locais e áreas reservados à serventia para construção, inspeção e operações de manutenção
	Localização dos dispositivos de regulação e corte do caudal de gás, de segurança, de manutenção e da aparelhagem de medição e controlo
	Estrutura organizacional.

Setor	Documentos
Setor do Petróleo (caso geral)	Memória descritiva e justificativa
	Planta de localização, com implantação dos principais componentes
	Descrição detalhada dos dispositivos de segurança de que a instalação fica dotada, incluindo comunicações e telecomunicações internas e externas, sempre que necessárias
	Planos de segurança e emergência para casos de acidentes
	Indicação das principais normas e códigos técnicos a observar no projeto, na construção e na operação
	Análise dos impactes ambientais resultantes da construção e da exploração da instalação, através da realização do respetivo Estudo de Impacte Ambiental que deve conter as informações necessárias, consoante o caso, em função das características do estudo prévio, anteprojecto ou projeto em causa, atendendo aos conhecimentos e métodos de avaliação existentes, devendo incluir, no mínimo, os elementos fixados no anexo V do DL 151-B/2013, de 31 de outubro.
	Planeamento da construção, com a indicação das previsíveis ampliações ou extensões
Setor do Petróleo (caso específico – oleodutos)	Implantação das tubagens e dos diversos equipamentos
	Indicação das cotas do terreno e das profundidades de assentamento das tubagens
	Localização dos pontos fixos ou sinalizadores que assinalam a passagem das tubagens
	Indicação dos diâmetros, espessuras e tipos dos materiais da tubagem, assim como dos dispositivos para a sua proteção
	Indicação dos locais e áreas reservados à serventia para construção, inspeção e operações de manutenção
	Localização dos dispositivos de regulação e corte do caudal de gás, de segurança, de manutenção e da aparelhagem de medição e controlo
	Estrutura organizacional
Setor do Petróleo (caso específico – armazenamento)	<p>Requerimento dirigido à entidade licenciadora, devendo conter, nomeadamente, os seguintes elementos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação completa do requerente - Localização da instalação a licenciar, indicando rua, freguesia e concelho - Caracterização da instalação - Produtos a armazenar e capacidades respectivas - Fim a que se destina (abastecimento público, próprio, reservas ou outro) - Indicação do prazo de exploração previsto

Setor	Documentos
	Documentos comprovativos do direito à utilização do terreno onde se pretende realizar a instalação
	Projeto das instalações, constituído pela memória descritiva e peças desenhadas, em duplicado, mais uma cópia por cada uma das entidades a consultar
	Comprovativo do seguro de responsabilidade civil do projetista, previsto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro. Deverá ainda ser enviada prova do cumprimento das disposições previstas no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (n.º 3 do artigo 11.º do DL 267/2002, de 26 de novembro)
Eletricidade (caso geral)	Memória descritiva e justificativa
	Planta de localização, com implantação dos principais componentes (apoios e cabos); Perfil e planta parcelar com os diversos obstáculos de implantação e localização detalhada dos apoios e cabos
	Descrição detalhada dos diversos tipos de materiais e componentes designadamente apoios, cabos condutores e de guarda, cadeias de isoladores e acessórios
	Cálculos elétricos e mecânicos incluindo designadamente os campos eletromagnéticos e do ruído particular produzido
	Avaliação das interferências com outras infraestruturas designadamente de telecomunicações, adutores, gasodutos, oleodutos e feixes hertzianos
	Análise dos riscos originados pelo funcionamento e presença das linhas (incêndios, quedas de apoios e cabos, tensões induzidas, contactos acidentais com peças em tensão
	Plano de segurança e saúde para a fase de construção
	Análise dos impactes ambientais resultantes da construção e da exploração da instalação, através da realização do respetivo Estudo de Impacte Ambiental que deve conter as informações necessárias, consoante o caso, em função das características do estudo prévio, anteprojecto ou projeto em causa, atendendo aos conhecimentos e métodos de avaliação existentes, devendo incluir, no mínimo, os elementos fixados no anexo V do DL 151-B/2013, de 31 de outubro.
	Planos de Gestão de resíduos para a fase de construção e de exploração

8. Prazos

Sem prejuízo de outra indicação específica, os prazos estabelecidos no presente manual que não tenham natureza administrativa são prazos contínuos.

Os prazos acima previstos contam-se nos termos gerais previstos no Código Civil.

Os prazos de natureza administrativa fixados no presente manual que envolvam entidades públicas contam-se nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

9. Siglas e Abreviaturas

No presente Manual são usadas as seguintes siglas:

APA - Agência Portuguesa do Ambiente;

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica

AIA - Avaliação de Impacte Ambiental

CA - Comissão de Avaliação

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CE - Comissão Europeia

CP - Consulta Pública

DCAPE - Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia

DIA - Declaração de Impacte Ambiental

ERAE - Entidades com responsabilidades ambientais específicas

ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

EIA - Estudo de Impacte Ambiental

GNL - Gás Natural Liquefeito

RECAPE - Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

RESP - Rede Elétrica de Serviço Público

RNTGN - Rede Nacional de Transporte de Gás Natural

RPGN - Rede Pública de Gás Natural

RLIE - Regulamento de Licenças de Instalações Elétricas

RA - Relatório Ambiental

UE - União Europeia